

## **OS MOVIMENTOS DE INDEPENDÊNCIA EM ÁFRICA: CASO DE ESTUDO O MOVIMENTO ANTICOLONIALISTA (MAC).**

Dandara Silvia Matos<sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente artigo apresenta o Movimento Anticolonialista, criado em 1957, por estudantes africanos da África Lusófona. Com o objetivo de expor o processo da guerra pela independência dos territórios sob o domínio dos portugueses em África e em Portugal, analisando o contexto que a luta estava envolvida, o continente africano e europeu, e os impactos dos fatores, internos e externos, que provocaram na luta anticolonial.

**Palavras-chave:** MAC. Guerra Anticolonial. Movimentos de Libertação. África. Portugal.

Recebido em 22 de outubro de 2018 e aprovado para publicação em 29 de dezembro de 2018

---

<sup>1</sup> Mestre em Estudos Africanos pelo Instituto Universitário de Lisboa (2018)). Correio eletrônico: dandara.matos@hotmail.com.

## **Introdução**

Em 2018 celebraram-se os 43 anos das independências dos países africanos de língua oficial portuguesa. Muito já se foi dito e pesquisado, mas ainda existem informações que não foram evidenciadas pela História. Objetivo desse artigo é evidenciar as lutas de independências das áreas invadidas por Portugal em África.

Era quase fim da Segunda Guerra Mundial e onze anos do Regime do Estado Novo de Salazar, quando em 1944, em Lisboa foi criada a Casa dos Estudantes do Império (CEI). A função desta casa era acolher os estudantes advindos das suas terras em África para poder cursar a universidade. Para o governo, era uma possibilidade de formar apoiadores para o regime e assim dar continuidade à invasão colonial. Para os estudantes africanos, serviu como útero para os seus ideais já existentes de independência.

Nesse período, o mundo dividiu-se em dois grandes blocos políticos, capitalista e socialista, que coincidiu com o início do processo das lutas anticoloniais na Ásia e na África. Os estudantes que estavam em Lisboa não ficaram de fora desses acontecimentos. Os estudos sobre a conjuntura eram aprofundados, a CEI não era só mais uma casa de acolhimento ali ocorria debates políticos, ciclos de estudos e discussão sobre a invasão portuguesa na África e lutas de independência dos outros países no continente africano e asiático.

Dos anos 50 até o fim da “presença europeia” no continente africano, a luta independentista foi intensa, com o surgimento de vários movimentos, conflitos e lutas armadas, contra a exploração e invasão que ocorriam há tempos em África, e que sempre encontrou a resistência pelo caminho. Embora, às vezes, as pesquisas sobre os movimentos anticoloniais da África Lusófona girem em cima dos grupos que ganharam destaques na luta, como Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO em Moçambique, Movimento Popular de Libertação de Angola - MPLA em Angola, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde - PAIGC em Guiné Bissau e Cabo Verde e Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe - MLSTP em São Tomé e Príncipe, é importante frisar que os movimentos foram inúmeros e com uma participação massiva da população.

Para entender como esses estudantes em Lisboa começaram a conduzir a luta anticolonialista, é preciso analisar o contexto histórico. Desde a Conferência de Berlim, em 1885, quando foi decidida a partilha do continente africano, intensificando a colonização com novos e velhos atores europeus, o mundo passou por duas guerras

mundiais e posteriormente se viu mergulhado numa polarização política e econômica que foi a Guerra Fria. Em Portugal, um golpe de estado em 1926, e a instalação do Estado Novo em 1933, endureceu a relação do governo com suas *colônias* na África e Ásia. Todas essas disputas externas são importantes para entendermos o processo de colonização e descolonização do continente africano.

### **A invasão do continente africano**

Há tempos já se discute que o início da história do continente africano não se deu com a invasão dos europeus. Os africanos já mantinham relações comerciais com os europeus pelo norte do continente. E a partir do século XV essas relações foram estendidas ao restante do continente, com o avanço dos europeus. Com a descolonização das Américas, o fim do tráfico negreiro, e principalmente, a revolução industrial, os europeus reformularam seu interesse pelo continente africano.

Essas mudanças de cenários levaram ao acontecimento da Conferência de Berlim, onde os países europeus e os Estados Unidos da América, depois de 105 dias de negociações, chegaram, no dia 26 de fevereiro de 1885, em um acordo sobre o continente africano e seu processo de ocupação pelos europeus<sup>2</sup>. Principal interesse nesse acordo era expandir o capitalismo e ter novos mercados de matérias primas e consumidores para os produtos produzidos pela revolução industrial<sup>3</sup>.

É importante lembrar que enquanto os europeus efetivavam a invasão do continente africano, produziram duas guerras mundiais que interferiu no processo em curso na África. No contexto da apropriação iniciada no final do século XIX, essas guerras foram importantíssimas. A primeira consolidou o processo de expugnação do continente africano, e a segunda, ao seu término, deu início à consolidação dos movimentos independentistas.

---

<sup>2</sup> Querendo regular num espírito de boa compreensão mútua as condições mais favoráveis ao desenvolvimento do comércio e da civilização em certas regiões da África, e assegurar a todos os povos as vantagens da livre navegação sobre os dois principais rios africanos que se lançam no Oceano Atlântico; desejosos, por outro lado, de prevenir Os mal-entendidos e as contestações que poderiam originar, no futuro, as novas tomadas de posse nas costas da África, e preocupados ao mesmo tempo com os meios de crescimentos do bem-estar moral e material das populações aborígenes, resolveram sob convite que lhes enviou o Governo Imperial Alemão, em concordância com o Governo da República Francesa, reunir para este fim uma Conferência em Berlim [...].

Ata da conferência de Berlim, Alemanha, 1885.

<sup>3</sup> [...] os estados europeus partilharam entre si o continente africano, traçando a régua e esquadro nos mapas, nem sempre rigorosos, fronteiras que cortavam estados, etnias, tribos, aldeias e famílias, como juntavam, dentro de uma mesma fronteira, estados e tribos rivais.

GUERRA, João Paulo. Memória das Guerras Coloniais. Editora: Afrontamento, Lisboa, 1994, p. 20.

Em 1914, com a exceção da Etiópia, Libéria e a União Africana, que não foram invadidas, e Marrocos e Líbia, que ainda não tinham sido ocupadas, todo restante do continente já estava vivendo sob o ataque europeu nos seus territórios. Com a explosão da primeira guerra, a África não era um território atrativo para o conflito, por isso logo no início, os países europeus envolvidos tentaram fazer valer o que tinha no Tratado de Berlim (1885). Principalmente a Alemanha, que mesmo depois de perceber, que a guerra em terras africanas seria inevitável, tentou um acordo de neutralidade das suas colônias. Mas como disse o próprio Rei Leopoldo da Bélgica: A África era “a magnificente cake which would yield up resources and wealth for Europe”<sup>4</sup>, com isso era impossível deixá-la fora da disputa.

A disputa no continente africano se deu pela importância econômica e política que ela tinha para os europeus. Ao fim da guerra, a Alemanha foi derrotada e perdeu sua estrutura colonial. E, mais uma vez, o mapa foi dividido e as colônias alemãs foram distribuídas entre a Inglaterra, França e Bélgica, e a invasão europeia foi consolidada<sup>5</sup>.

Entre o fim da Primeira Guerra e o início da Segunda, houve tentativa de recuperação econômica e a África era importante nesse momento, por todos os motivos que já foram relatados. Os africanos que participaram da guerra, esperaram que as “promessas” de transformações mais significativas nos seus países, como uma autonomia maior sobre as decisões políticas e econômicas, fossem cumpridas. Como isso não ocorreu, acabaram por insuflar as populações, que mesmo com concretização da presença forçada europeia, não estavam inertes e realizavam uma grande linha de resistência nas suas regiões, fazendo emergir desse contexto o discurso mais duro, que reivindicava autonomia, independência e união africana contra os europeus.

A Segunda Guerra só estouraria em 1939, mas o embate no continente africano começou em 1935 com a invasão de Mussolini a Etiópia, esse combate durou seis anos, terminando antes do fim da guerra, em 1941. A Etiópia teve o apoio da Inglaterra na luta contra a Itália e em dezembro de 1944, um ano antes do fim da Segunda Guerra Mundial, os dois países assinaram o Acordo Anglo-Etíope, reconhecendo sua independência.

---

<sup>4</sup> Tradução: “um magnífico bolo que renderia -se recursos e riqueza para a Europa”.

FOGARTY, Ana Paula Pires e Richard S. África e a primeira guerra mundial - Disponível em: <http://lerhistoria.revues.org/648> - acessado: 15 de março de 2018.

<sup>5</sup> O imperialismo, ou a etapa monopolista do capitalismo, não pode escapar às suas próprias contradições e, pela violência, as potências vitoriosas da I Guerra Mundial procederam a uma nova repartição do globo, caracterizada sobre tudo, pelo esforço da posição colonial da Inglaterra e da França, pela exclusão da Alemanha da exploração directa dos povos e dos países ditos atrasados. CABRAL, Amílcar. Textos políticos. Editora: Afrontamento. Porto, 1974, p. 26.

Além da disputa na Etiópia, outras partes do continente africano serviram de palco para guerra dos europeus. Dessa vez os europeus necessitavam dos africanos como braço de apoio, para conseguir 'defender a sua liberdade'. Já os africanos vinham sua participação nessa guerra, como uma via para suas independências:

Privado dos recursos das matérias primas e dos lucros, o capital financeiro alemão, aliado com ao capital italiano e ao capital japonês, tentou resolver o problema pela via mais curta: colonizar os seus próprios vizinhos europeus. A II Guerra Mundial foi o resultado dos antagonismos que caracterizavam o desenvolvimento do imperialismo, mas veio influenciar de modo decisivo o destino dos outros povos, particularmente o dos povos africanos<sup>6</sup>.

A guerra durou seis anos, dois anos a mais que a primeira. Ao seu fim, em 1945, o mundo não seria mais o mesmo – todas as ações e decisões tomadas no período do combate trouxeram transformações para as sociedades envolvidas, os três maiores países que tinham iniciado o conflito não tiveram força para terminar. A Inglaterra e a França, mesmo “ganhando” a guerra, terminaram devendo aos EUA, e precisando repensar sua política econômica para reconstruir seus territórios. Enfim, os grandes “vencedores” da Segunda Guerra Mundial foram os EUA e URSS, e repartiram o mundo em dois blocos, o capitalista e socialista, respectivamente. O mundo enfrentaria mais uma vez uma sensação de guerra, a diferença é que o conflito direto entre as duas potências nunca ocorreu.

80

O enfrentamento bélico direto entre as potências comunistas e capitalistas aconteceu no continente africano e asiático, com suas interferências na luta de independência e pós-independência. Entre os meados dos anos 50 a início dos anos 70, a França, Inglaterra, e Bélgica já tinham sido derrotadas nas lutas anticoloniais. Guerras de independência não ocorreram em grande número no continente africano, mas todos os países europeus enfrentaram resistências. Teve guerra na Argélia e Camarões, conflitos no Marrocos, Costa do Marfim, República do Congo, Comores e República Democrática do Congo. No Sudão, Malauí, Quênia e África do Sul ocorreram insurreições.

De todos os países europeus na África, Portugal foi o que mais lutou contra o processo de independência, negando-se a negociar um processo de independência sem conflito armado. O que levou três dos cinco países a entrarem em guerra armada contra o governo português, sendo eles, Angola, Moçambique e Guiné Bissau, ficando de fora da guerra em seus territórios Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. É muito

---

<sup>6</sup> CABRAL, Amílcar. Textos políticos. Editora: Afrontamento. Porto, 1974, p 26.

importante entender que a ausência de conflitos armados não caracteriza ausência de luta. O fim da Segunda Guerra só intensificou e concretizou movimentos que já existiam, como os congressos que discutiram a situação dos países africanos:

Entretanto, na África, os africanos constituíram as suas próprias organizações cívicas e políticas de matriz nacionalistas. Em 1912 foi constituído o Congresso Nacional Africano da África do Sul, em 1920 o Congresso Nacional Africano da Rodésia do Sul, em 1944 o Conselho Nacional da Nigéria e Camarões, em 1945 o Partido Democrático Malgaxe, em 1947 a União Africana do Quênia, em 1948 o Agrupamento Democrático Senegalês, em 1949 o Partido da Convenção Popular do Ghana, em 1952 o Congresso de Uganda, em 1953 a União Nacional Africana do Tanganica<sup>7</sup>.

### **● Movimento Anticolonialista**

O Movimento Anticolonialista surgiu em 1957, em Lisboa, na junção dos integrantes do MPLA, PAIGC e nacionalistas de Moçambique e São Tomé e Príncipe<sup>8</sup>. O MAC teve sua criação na França, por estudantes que viviam na Casa dos Estudantes do Império, local que permitiu aos integrantes dos territórios africanos, sob o jugo português, trocas de experiências sobre sua localidade e a união em prol da luta anticolonial.

A Casa dos Estudantes do Império foi criada em 1944, essa casa tinha a função de acolher os estudantes africanos que vinham continuar os estudos em Lisboa, Coimbra e Porto:

[...] os rapazes que chegam à Metrópole, vindos das nossas colónias africanas, da Índia e de Macau. Constituída a Casa dos Estudantes do Império fica satisfeito o nosso desejo, sabendo que podemos contar com a vossa dedicação, patriotismo e boa vontade. Estabelecer-se-á, assim, a necessária camaradagem entre todos os estudantes e uma mentalidade nacional mais profícua. Cada vez mais as nossas colónias estão integradas no pensamento da Metrópole, e é bom reforçar o elo que reúne o escol do Ultramar ao do Continente<sup>9</sup>.

Por traz da função de acolhimento, o governo português tinha a intenção de controlar e fortalecer a mentalidade “imperialista” entre a população africana.

Mesmo sendo importante na luta contra o fascismo e o sistema colonial português, a CEI nem sempre foi assim. Ela teve seu gênese em outras casas de apoio a estudantes, tendo como base a mais antiga que era a Casa dos Estudantes de Angola (CEA), fundada em 1941<sup>10</sup>, por um grupo de estudantes que chegavam a Lisboa para o

<sup>7</sup> GUERRA, João Paulo. Memória das Guerras Coloniais. Editora: Afrontamento, Lisboa, 1994, p. 31.

<sup>8</sup> MAC. O manifesto do Movimento Anticolonialista. Edição do Departamento de Informação, Propaganda e Cultura do CC do PAIGC, Guiné Bissau, 1965, p. 3.

<sup>9</sup> Boletim Geral das Colónias. Agência Geral das Colónias, Vol. XX - 229, 1944, Portugal p. 133-134.

<sup>10</sup> Os estudantes vindos de Angola começaram a conhecer-se, a encontrar-se e aperceberam-se de que a sua maneira de ser não conjugava, em muitos aspectos, com a maneira de ser dos estudantes oriundos de

ensino superior. Seguindo o exemplo dos angolanos, outras casas de acolhimentos foram surgindo em Portugal e com medo de não ter o controle sobre essas casas e seus integrantes, o governo decidiu unificá-las:

Jovens de outros territórios coloniais seguem o exemplo dos de Angola. Ao regime, porém, não agrada que os estudantes se associem em função da sua colônia de origem. Por um lado, porque esse facto contraria a ideia de unidade do império colonial português, propagandeada pelo discurso oficial; por outro, porque dificulta o controle das actividades dos sócios. Interessa-lhe, antes, que as várias associações se fundam numa só, capaz de congregar todos os estudantes ultramarinos sob a mesma 'mística imperial'<sup>11</sup>.

A união das casas não impediu o crescimento do pensamento antifascista, anticolonialista e uma formação marxista. Na verdade, com a centralização, várias atividades culturais de cunhos políticos passaram a ser produzidas pela casa. Muitos dos estudantes da casa já eram contrários ao sistema opressor colonial e com a vivência na capital o sentimento de combate foi ampliado<sup>12</sup>. Alguns integravam o Partido Comunista Português - PCP, que funcionava clandestinamente e o Movimento de Unidade Democrática Juvenil - MUDJ que podia funcionar abertamente nas faculdades.

Do ano de criação até o início dos anos 50, os estudantes que desembarcavam em Portugal eram os filhos dos colonos brancos, que tinham acesso à educação básica em África, mas como não tinha universidade por lá, tinham que ir à dita "metrópole" para cursar o nível superior. Aos poucos essa configuração foi mudando, aqueles que eram considerados como *indígenas*<sup>13</sup> pelo governo português e seus colonos, começaram a chegar a Portugal para fazer o curso superior, tornando a casa um local de debate sobre a situação em África e suas lutas anticolonialista sob a ótica da sua população nativa<sup>14</sup>.

Esse é o cenário do encontro dos fundadores do Movimento Anticolonialista, que teve como integrantes iniciais os angolanos Lúcio Lara, Mário de Andrade e Viriato da Cruz, o cabo-verdiano Amílcar Cabral, o são-tomense Guilherme do Espírito Santo e o moçambicano Marcelino dos Santos, que em uma reunião para fazer um balanço do

---

Portugal. E começaram a pensar em criar em Lisboa a sua Casa, em que pudessem reunir-se, discutir os seus problemas, melhorar as condições de alimentação e alojamento, etc...

DÁSKALOS, Sócrates. A Casa dos Estudantes do Império: Fundação e primeiros anos de vida. Câmara Municipal de Lisboa. 1993, p. 6.

<sup>11</sup> CASTELO, Claudia. A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial. Actas 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, ISCTE, Lisboa, 2010, p. 6.

<sup>12</sup> Idem, p. 8.

<sup>13</sup> Sempre que aparecer indígena, leia-se africano. No período que Portugal manteve o controle sobre os territórios em África, eles chamaram todos os africanos de indígenas.

<sup>14</sup> FERREIRA, Pedro. Casa dos Estudantes do Império: pelo regime e contra o regime. Actas I Congresso de História Contemporânea, FCSH, Lisboa, 2012, p. 461.

processo independentista em África e o andamento da luta contra o sistema colonial português, viu-se necessária a criação do MAC. O encontro aconteceu em Paris, onde estavam alguns integrantes, por causa da repressão e perseguição do governo ditatorial de Salazar. Assim o MAC teve dois núcleos, um em Paris e outro Lisboa<sup>15</sup>.

Segundo a historiadora, Dalila Mateus, a obrigação de formar o núcleo de Lisboa foi de Amílcar Cabral. Houve uma grande adesão ao movimento dos estudantes que ainda estavam na CEI, dando um destaque para Agostinho Neto, Eduardo Macedo dos Santos, Noémia de Souza, Hugo Menezes, e aos já citados Lúcio Lara e Amílcar Cabral. Em Paris ficou Mário de Andrade, Marcelino dos Santos, Guilherme do Espírito Santo e Viriato da Cruz.

O MAC em suas ações deixava evidente que era “partidário de uma liquidação pacífica, leal, justa, rápida, incondicional e sem imposições de etapas, do colonialismo português<sup>16</sup>”. Porém estavam também cientes que caso assim Portugal não quisesse, eles responsabilizariam “o povo português e seus governantes, pelas guerras coloniais que Portugal [desencadeasse]<sup>17</sup>”.

Em uma carta convite, para adesão ao movimento, de Lúcio Lara para Hugo Menezes, ele explica quais são os objetivos do MAC, que era lutar em todos os campos contra o regime opressor português e pela total independência das suas ‘colônias’; unir os povos contra um inimigo comum: “o colonialismo português”; apoiar a outras organizações anticolonialistas em África; desmascarar as ações e o regime português internacionalmente; e cooperação entre os povos africanos<sup>18</sup>.

Nos seus anos de existência o Movimento denunciou nos comitês internacionais, africanos e europeus, os crimes cometidos pelo governo português, às prisões arbitrárias, a violência contra os africanos em África, como o Massacre de Pidjiguiti, em Guiné Bissau<sup>19</sup> e o já ocorrido em 1953, o Massacre de Batepá<sup>20</sup> em São Tomé e Príncipe. Episódios que serviram de base para provar a violência do Fascismo de Salazar e que essas ações empurraram mais ainda os movimentos anticoloniais, na África e Europa,

---

<sup>15</sup> MATEUS, Dalila Cabrita. A luta pela independência: A Formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA E PAIGC. Editora: Inquérito, Sintra, 1999, p. 88.

<sup>16</sup> MAC. O manifesto do Movimento Anticolonialista. Edição do Departamento de Informação, Propaganda e Cultura do CC do PAIGC, Guiné Bissau, 1965, p. 21.

<sup>17</sup> Ibidem.

<sup>18</sup> PACHECO, Carlos. MPLA: Um nascimento Polêmico. Editora: Vega, Lisboa, 1997, p. 115.

<sup>19</sup> Intitulado “Massacre de Pidjiguiti” foi um massacre de trabalhadores que deu um poderoso impulso ao surgimento da guerrilha: em 03 de agosto de 1959, foram mortos cinco dezenas de estivadores grevistas no cais de Pidjiguiti, em Bissau.

Teixeira, 1998, P.71 apud. CARVALHO, 2014, p. 26.

<sup>20</sup> Massacre de Batepá aconteceu em 03 de fevereiro de 1953, em São Tomé e Príncipe, quando a mando do Governador Geral Português, Carlos de Sousa Gorgulho, os colonos brancos desencadearam uma onda de violência sobre a população africana que se negava aceitar o trabalho forçado nas roças.

para luta armada. Várias dessas denúncias foram feitas na ONU, o que dificultou a busca de apoio de Portugal no cenário internacional, para assim manter os territórios africanos sob seu comando<sup>21</sup>.

Os integrantes, em nome do movimento, participaram de congressos de escritores e artistas negros, em conferências afro-asiáticas e pan-africanas, em reuniões internacionais em África e Europa. Produzindo muitos textos e panfletos que ajudassem expor tudo que estava a ocorrer em seus territórios. Amílcar Cabral e Mario de Andrade são os principais responsáveis pelas produções textuais que denunciaram Portugal. Na África já tinham conseguido apoio de Estados que já se encontravam independentes ou que já estava com o processo adiantado, como Gana de Nkrumah<sup>22</sup> e na Guiné-Conakry de Sékou Touré<sup>23</sup>. No continente europeu, o apoio vinha dos partidos comunistas, principalmente, o PCP, partido que a maioria dos componentes eram filiados.

Em 1960, o MAC tentou participar da 2º Conferencia Pan-Africana, que seria realizada em Tunis. Mesmo depois das muitas tentativas, através de cartas enviadas a organização do evento, a inscrição do Movimento não foi permitida. O evento tinha decido na primeira 1º Conferência Pan-Africana, realizada no Cairo, que só seriam aceitas inscrições de grupos anticolonial individuais, ou seja, cada grupo tinha que falar e responder pela demanda do seu país. Com isso, o MAC deixou de existir dando lugar ao surgimento do Frente Revolucionária Africana para Independência das Colônias Portuguesas - FRAIN, e os participantes que estavam no Congresso passaram a responder por seus partidos, Amílcar Cabral (PAI<sup>24</sup> e FRAIN), Viriato da Cruz e Lúcio Lara (MLPA e FRAIN)<sup>25</sup>.

No FRAIN diferente do MAC os integrantes assinavam pelos seus movimentos de independências, passando ser uma “aliança de partidos e de organizações de massa dos países africanos sob a dominação colonial portuguesa, que lutam pela [...] independência desses países.<sup>26</sup>”. Em 1961, FRAIN altera-se para a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas - CONCP, com sede em Marrocos

---

<sup>21</sup> GUERRA, João Paulo. Memória das Guerras Coloniais. Edições Afrontamento, Lisboa, 1994, p. 93.

<sup>22</sup> Kwame Nkrumah foi primeiro-ministro entre 1957 e 1960 e presidente de Gana de 1960 a 1966. Gana foi o primeiro Estado africano ficar independente.

<sup>23</sup> Ahmed Sékou Touré foi um dos líderes envolvidos na libertação do país, conquistando a independência em 1958. Tornando-se o primeiro presidente da República da Guiné-Conakry de 1958 até 1984.

<sup>24</sup> Ainda era PAI, Partido Africano da Independência. Em outubro de 1960 passou a ser PAIGC.

<sup>25</sup> PACHECO, Carlos. MPLA: Um nascimento Polêmico. Editora: Vega, Lisboa, 1997, p. 44.

<sup>26</sup> "Carta da FRAIN", CasaComum.org, Disponível HTTP: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_42659](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_42659) (2016-5-31).

na cidade de Rabat, congregando o MPLA, PAIGC, CLSTP, UDENAMO<sup>27</sup> e representantes de Goa, estado da Índia, que também esteve no jugo dos portugueses.

O CONCP teve sua primeira conferência em Abril de 1961, em Casablanca, que fez um balanço da luta até ali e denunciaram o endurecimento do regime fascista na África lusófona, com instalação de bases militares e realização de pequenos focos de luta armada. A 2ª Conferência foi em 1965, em Dar-es-Salam<sup>28</sup>. Nesse congresso, Amílcar Cabral, solicitou a reimpressão do Manifesto do Movimento Anticolonialista, tendo esse uma divulgação maior.

## **Conclusão**

Os estudos sobre as lutas anticoloniais do continente africano evidenciam o quanto os territórios invadidos por Portugal e os outros países europeus sofreram para conquistarem suas independências. O governo português não se abriu para o diálogo e nunca colocou em questão a evacuação desses territórios. A demora do levante anticolonial das terras africanas que estavam sob o domínio português se explicam pelo o sistema de “apartheid” disfarçado que o governo criou, pois com o Estatuto do Indígena<sup>29</sup>, os africanos eram privados de educação, saúde e estruturas sociais, sendo obrigados a trabalhos braçais, vendo suas terras serem tomadas e entregues aos colonos brancos.

Esse cenário só mudou quando o governo passou a oferecer “educação” aos estudantes africanos, além dos filhos dos colonos. Educação essa que eram oferecidas aos filhos dos assimilados<sup>30</sup>, que para o governo essa política era importante para manter o sistema colonial com o apoio de africanos, os filhos da terra.

É exatamente esse o momento de transformação na luta anticolonial em Portugal e em suas possessões em África, esses estudantes tiveram acesso a vários conhecimentos e acontecimentos, e a ida deles para Lisboa mudaria o pensamento sobre o fascismo, colonialismo e o continente africano.

---

<sup>27</sup> União Democrática Nacional de Moçambique, fundada em 02 de outubro de 1960. Em 1962 passa a integrar a FRELIMO.

<sup>28</sup> GUERRA, João Paulo. Memória das Guerras Coloniais. Edições Afrontamento, Lisboa, 1994, p. 102-103.

<sup>29</sup> O Estatuto do Indígena era um conjunto de regras e leis do qual era gerida a vida do africano nas províncias da Guiné, Angola e Moçambique. O estatuto foi abolido em 1961 com o começo da guerra anticolonial.

<sup>30</sup> Portugal adotou a política de assimilação para os domínios de Angola, Moçambique, Guiné – Bissau e Cabo Verde. Essa política dizia que se o africano anexasse alguns atributos ele poderia ser considerado um “civilizado” e assim adquirir a cidadania europeia, nesse caso mais especificamente a portuguesa, essas características eram: ter 18 anos, saber ler e escrever, desempenhar uma profissão que a remuneração fosse suficiente para si e seus dependentes, bom comportamento e que isso fosse atestado pelas autoridades, convertido ao catolicismo e não professasse os deuses africanos.

O fim da Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria, a independência dos países asiáticos, o início da descolonização em África, e principalmente a guerra anticolonial na Argélia, levaram esses jovens a pensar e a cobrar de Portugal a desocupação das suas terras. Cobravam que isso fosse feito de forma pacífica, mas evidenciando que estariam prontos para uma guerra se Portugal o quisessem, como acabou por ocorrer em 1961.

O Movimento Anticolonialista surgiu nesse contexto e cumpriu o seu papel de formação dos jovens que estavam em Lisboa para estudar. O movimento se propôs discutir o sistema opressor colonial, mas não na concepção dos brancos que lá estavam, e sim, levando em conta a questão racial, pois sem esse quesito não seria possível compreender as ações violentas de Portugal na África. Do movimento surgiram grandes nomes, como Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Viriato Cruz, Marcelino dos Santos, Mario de Andrade, que tinham ido estudar, mas a conjuntura modificou o caminho para luta anticolonial.

O MAC acabou, mas abriu espaço para criação de outros movimentos de libertação e para outra forma de luta. Portugal insistiu na guerra anticolonial, mesmo sabendo que não tinha condição de seguir por muito tempo, porém arrastou o conflito por treze anos, para só assim reconhecer a independência das suas possessões, sendo o último país europeu a fazer isso.